





### **NOTIFICAÇÃO**

Prezados candidatos, em detrimento da aprovação de 2ª fase: Análise Curricular, dando prosseguimento a 3ª fase: Entrevista, deste Processo Seletivo nº 002/2023 Belém/Marabá, segue abaixo a localização de realização de entrevista.

Belém: Avenida José Bonifácio nº 267 - Fátima - CEP: 66.090-363. Marabá: Avenida Espírito Santo nº 298 - Amapá - CEP: 68.502-030.







### **ENTREVISTA**

#### DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS (Original e Cópia Legível)

- 1. Currículo; (01 Cópia);
- 2. Foto 3x4 (02 fotos);
- 3. Carteira de identidade RG e CPF (02 Cópias);
- 4. Título eleitoral e Certidão de quitação eleitoral (02 Cópias);
- 5. Documento com o nº do PIS/PASEP com a data de emissão, ou extrato de inexistência de registro (obtido junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) (2 Cópias);
- 6. Certificado de escolaridade exigida para a função (2 Cópias);
- 7. Titulação: especialização, mestrado ou doutorado (quando for o caso) (2 Cópias);
- 8. Comprovação de Registro de Conselho de Classe com comprovante de quitação atualizado, referente à função a que concorre (quando for o caso) (2 Cópias);
- 9. Carteira de reservista ou comprovante de dispensa (sexo masculino) (2 Cópias);
- 10. Comprovante de residência em nome do candidato (preferencialmente água, luz ou telefone). Nos casos de ausência de titularidade, o comprovante deverá ser acrescido do Anexo X (Declaração de Residência) (2 Cópias);
- Certidão de nascimento, casamento ou declaração de união estável (2 Cópias);
- 12. Antecedentes Criminais das justiças: Estadual (<a href="http://www.tipa.jus.br">http://www.tipa.jus.br</a>) e Federal(<a href="http://www.dpf.gov.br">www.dpf.gov.br</a>);
- 13. Declaração de inexistência de vínculo temporário com a administração pública nos últimos 06 (seis) meses (ANEXO VII);
- 14. Declaração que exerce ou não outra função ou emprego em outro Órgão Público (ANEXO VIII);
- 15. Declaração de carga horária (expedida pelo RH ou titular do Órgão), caso exerça outra função ou emprego em outro Órgão Público;
- 16. Declaração de ausência de sanção impeditiva para exercício da função pública (ANEXO IX).







DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TEMPORÁRIO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS ÚLTIMOS 06 (SEIS) MESES.

Declaro para os devidos fins que não tive contrato temporário com a Administração Pública do Estado do Pará nos últimos 06 (seis) meses, em obediência à Lei Complementar nº 07/1991, alterada pela Lei Complementar nº 077/2011.

Belém,	1	1	<u>.</u>	
Nome Com	pleto		·	
Nº do CPF				



Nº do CPF





# GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA FUNDAÇÃO PARÁPAZ

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

função de, os eguinte:
<ul> <li>( ) Não possuo vínculo Federal.</li> <li>( ) Sim possuo vínculo Federal no Órgão, no Cargo de</li> <li>( ) Não possuo vínculo Estadual e não tive Contrato Temporário com a Administração Pública do Estado do Pará nos últimos 6 (seis) meses, em obediência à Lei Complementar nº 07/1991, alterada pela Lei Complementar nº 077/2011.</li> </ul>
<ul> <li>( ) Sim possuo vínculo Estadual no Órgão, no Cargo de</li> <li>( ) Não possuo vínculo Municipal.</li> <li>( ) Sim possuo vínculo Municipal no Órgão, no Cargo de</li> </ul>
Belém,
Nome Completo







DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SANÇÃO IMPEDITIVA PARA EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO

Eu,Instituição, não ter sofrido qualquer sanção impe	, declaro para os devidos fins, junto a essa ditiva do exercício de cargo público.
Belém,	
Nome Completo	_
Nº do CPF	







### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA <u>DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA</u>

Eu,			, portador (a) do
RG nº	,ex	pedido pelo	, inscrito (a) no CPF/MF sob o
nº	, DEC	CLARO para os devidos fins o	de comprovação de residência, sob as
penas da Lei (art.	2º da Lei 7.115/8	33), que o Sr.(a)	•
portador(a) do RO	Gnº	, expedido pelo	e inscrito no CPF/MF
sobo nº		é residente e domiciliado na f	Rua
prevista no art. 29 "Art. 299 – Omitir, inserir ou fazer in direito, criar obrig	99 do Código Per , em documento p serir declaração f ação ou alterar a anos e multa, se c	nal, conforme transcrição aba público ou particular, declara falsa ou diversa da que devia verdade sobre o fato juridica	aração pode implicar na sanção penal ixo: ção que nele deveria constar, ou nele ser escrita, com o fim de prejudicar imente relevante. Pena: reclusão de 1 usão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o
BELÉM/PA,	de	de	
Nome do propriet	ário		

Obs.: JUNTAR CÓPIA DE UMA DAS CONTAS: Luz, água, gás, telefone.